

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Requerimento nº , de 2008 (Do Sr. Arnaldo Jardim)

Requer a realização de audiência pública para debater as medidas que estão sendo adotadas pelos Governo Federal e do Estado do Pará em relação às ações hostis e ilegais de alguns movimentos sociais em atividade no País.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário da Comissão, seja realizada audiência pública com autoridades abaixo relacionadas para debater sobre as providências que vêm sendo adotadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado do Pará no sentido de coibir as ações hostis e ilegais de alguns movimentos sociais em atividade no País contra o patrimônio material de empresas e organizações privadas, algumas delas concessionárias de serviços públicos:

1. Tarso Genro, Ministro de Estado da Justiça;
2. Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República;
3. General-de-Exército Jorge Armando Felix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
4. Ana Júlia Carepa, Governadora do Estado do Pará.



E1205C6134

JUSTIFICATIVA

As constantes invasões, depredações, “quebra-quebras” e obstruções de vias públicas em vários pontos do território nacional promovidas pelo MST (Movimento dos Sem-Terra, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens, Via Campesina e MTM (Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração estão se tornando atos de violação flagrante não só contra a propriedade privada, mas também contra o desenvolvimento da pesquisa científico-tecnológico, que colocam em risco os princípios basilares do Estado de Direito vivido no País.

Sob a ótica do obscurantismo em relação ao avanço da ciência, esses movimentos sociais lançam ataques freqüentes que são noticiados pela imprensa contra instalações da Monsanto, Aracruz Celulose, da Syngenta e da Vale em ações coordenadas nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pará, com o propósito declarado de barrar ainda as atividades econômicas realizadas por essas empresas.

Além dos prejuízos materiais, as ações comprometem o desenvolvimento social associado as pesquisas científicas. A visão imediatista desses movimentos os impedem de perceber que a luta não se trava apenas no campo econômico pela destruição de experimentos e de unidades produtivas das empresas que investem, por exemplo, no melhoramento genético para aumentar a produção de alimentos.

Diante do recrudescimento das invasões por parte desses movimentos sociais com a deflagração do chamado “Abril Vermelho”, ações que só irão aumentar o nível de tensão no campo e nas cidades e colocará em risco o quadro de normalidade institucional, requeiro a realização de audiência pública para o discussão das providências que estão sendo tomadas pelo Governo Federal e Governo do Pará para garantir não só a integridade do patrimônio privado, do avanço tecnológico, da ordem pública e o cumprimento das decisões do Judiciário contra as citadas invasões e depredações.

Sala das Sessões, em de abril de 2008

Deputado Arnaldo Jardim
PPS/SP



E1205C6134